



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Referência: Concorrência Pública nº 002/2023

Interessado: Comissão Permanente de Licitações

1 – OBJETO

Trata-se de parecer jurídico referente a impugnação ao edital apresentado pela empresa Vitorialuz Construções Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.921.499/0001-32, em face da concorrência pública nº 002/2023, cujo objeto é a *“contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no município de Campo Bom – RS, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico – financeiro, em anexo.”*

Neste sentido, a impugnante Vitorialuz Construções Ltda aduz em sua manifestação, em síntese, que haveriam irregularidades no edital licitatório que regula o certame acima referido no que tange às exigências de qualificação técnica dos licitantes. No ponto, aquela aduz que as solicitações constantes dos itens nº 7.1.4, alíneas *a* e *b.4* (de comprovação de possuir responsável técnico com qualificação de engenharia agrônoma e/ou ambiental) seriam descabidas e ilegais, haja vista que a execução de serviços de podas e abates de árvores (que justificam a inclusão destas exigências) não são parte do objeto ora licitado, indo de encontro ao disposto no art. 30, §1, I, da lei nº 8.666/93.

Além disso, a impugnante também se insurge em face da exigência de que os participantes apresentassem, durante o processo licitatório, a lista dos profissionais que participariam da execução de parte dos serviços a serem contratados, bem como de que estes comprovem possuir uma série de qualificações (comprovação de curso NR-10, NR-11 e NR-35). Conforme aquela, tais exigências não constariam do rol presente na lei nº 8.666/93,



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

portanto sendo ilegais, tal qual inclusive já decidido pelo TCE-ES, nos termos do julgado trazido aos autos.

Assim, com base no exposto, a empresa Vitorialuz requer o deferimento da impugnação apresentada, para fins de que sejam suprimidas as exigências contestadas. Assim, considerando as razões expostas pela impugnante, passa-se a análise do mérito das mesmas.

2 – DO MÉRITO

De início, compulsando o processo licitatório, verifica-se que, em relação às exigências de qualificação técnica requeridas dos licitantes, assim dispunha o edital:

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. O envelope nº 01 – *DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO*, deverá conter, obrigatoriamente e sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo relacionados:

(...)

7.1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:

a.1) Certificado de Registro Profissional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante, profissional Engenheiro Eletricista, profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho e profissional Engenheiro Agrônomo e/ou Ambiental em função da execução de podas e abates de árvores, no caso dos responsáveis não constarem no certificado Registro de Pessoa Jurídica.

(...)

b.4) execução de serviços de poda e supressão de vegetais, sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo ou Ambiental indicado.

c) comprovação de cursos:

c.1) Comprovação de cursos de NR-10 – Segurança – Eletricista de Instalações Elétricas de Alta e Baixa Tensão;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

c.2) Comprovação de cursos NR – 11 – Operação de Guindauto e movimentação de carga;

c.3) Comprovação de cursos NR – 35 – Trabalhos em altura.

A comprovação se dará através de declaração da empresa contendo os nomes dos profissionais que executarão os serviços, juntamente com os Certificados dos Cursos.

Conforme se verifica da análise deste excerto editalício, é exigido dos licitantes que participassem do pregão eletrônico que os mesmos apresentem uma série de documentos e declarações visando demonstrar sua capacidade técnica para prestar os serviços objetos da presente licitação. Outrossim, sobre a exigência de qualificação técnica, dispõe a lei nº 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Como se verifica, é plenamente possível e legal que o ente público licitante exija dos participantes de processo licitatório que estes apresentem documentação voltada a comprovar



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

sua aptidão técnica para executar os serviços que se buscam contratar. Tal dispositivo busca criar mecanismo visando trazer segurança ao ente público de que o ganhador do processo licitatório de fato dispõe de expertise e capacidade operacional para cumprir com as obrigações contratuais que resultarão do contrato administrativo, atendendo assim à necessidade administrativa que ensejou a realização do certame.

Neste sentido, tal dispositivo, em que pese possa restringir o universo possível de eventuais licitantes aptos a participarem de determinado certame, se volta ao atendimento do interesse público e também à concretização do princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da CF), haja vista que o processo licitatório é o meio pelo qual a administração pública busca atender aos seus interesses e necessidades, que por sua vez se voltam a concretização do interesse público. Deste modo, a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica busca assegurar que o ganhador de uma licitação tenha plena capacidade de cumprir com o objeto licitado, garantindo eficácia às políticas públicas e eficiência no dispêndio dos recursos humanos e financeiros do ente público licitante.

Porém, também é importante consignar que as exigências de qualificação técnica devem se limitar ao mínimo para comprovar que determinado licitante dispõe de capacidade para execução do objeto editalício, uma vez que quaisquer exigências que superem este parâmetro constituem restrições indevidas à ampla possibilidade de participação e impactam também na obtenção da oferta mais vantajosa ao ente público licitante. Inclusive, isso pode-se depreender do disposto no art. 37, XXI, da CF, que dispõe:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Outrossim, a doutrina e a jurisprudência são unânimes em considerar que o rol constante do art. 30 da lei nº 8.666/93 é taxativo, ou seja, somente podem ser objeto de exigência a documentação nesta referida ou que conste de lei específica, a depender do objeto licitatório e da pertinência de determinada exigência.

Feitas estas considerações iniciais, depreende-se da impugnação apresentada que a empresa se volta em face das exigências de (a) apresentação de responsável técnico engenheiro agrônomo e/ou ambiental e (b) apresentação de declaração da licitante contendo informações sobre os funcionários que irão executar os serviços que se busca contratar e também as certificações destes.

Assim, em relação ao primeiro item impugnado, se verifica que o mesmo trata de questão eminentemente técnica, considerando que a impugnante refere que as exigências de comprovação de possuir responsável técnico engenheiro agrônomo e/ou ambiental não se justificam frente ao objeto licitado, que não contemplaria a execução de serviços técnicos especializados naquelas áreas, tornando tais comprovações inadequadas e ilegais. Sobre o ponto, se manifestou o setor técnico desta municipalidade:

Em relação a exigência de Eng Agrônomo/ambiental na comprovação de qualificação técnica esclarecemos que existe no termo de referência a previsão de PODAS E/OU ABATES DE VEGETAÇÃO no item 7 do memorial, no entanto, na planilha orçamentária não consta a previsão de eng agrônomo/ambiental para responsabilidade técnica! Entendemos que este não é um item de grande relevância ao objeto, por isso opinamos em rever esta exigência no edital afim de gerar maior competitividade e menor onerosidade ao município.

Deste modo, considerando a baixa relevância dos serviços de podas e/ou abate de vegetação em relação ao todo licitado, e visando trazer maior economicidade ao ente público licitante através do potencial incremento de licitantes passíveis de participação e também



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

através de uma redução dos custos envolvidos na contratação, verifica-se não se pertinente a exigência, na presente licitação, de que os participantes comprovem possuir responsável técnico engenheiro agrônomo e/ou ambiental, cabendo assim o provimento da impugnação apresentada, para fins de remover quaisquer exigências de qualificação técnica que envolvam a comprovação de responsável técnico engenheiro agrônomo e/ou ambiental.

Sobre o ponto, o julgado que segue:

REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA. TÉCNICA E PREÇO. GERENCIAMENTO DE OBRAS PORTUÁRIAS. PAC. ITAQUI/MA. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTRATO EM PLENA EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES. 1. O art. 33 da Lei de Licitações atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios nas licitações. 2. A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. 3. É cabível a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional mediante atestados, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de exigências de quantitativos mínimos e prazos máximos para essa comprovação, desde que demonstrada a adequação e pertinência de tal exigência em relação ao objeto licitado. 4. A qualificação exigida pela Lei 8.666/1993 para os membros da equipe técnica responsáveis pelos trabalhos refere-se à experiência profissional, que não necessariamente guarda relação com o tempo de formado, mas pela participação em obra ou serviço de características semelhantes. (TCU, acórdão nº 1417/2008, relator Ministro Augusto Sherman, tribunal pleno, julgado em 23/07/2008)



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Além disso, a impugnante também se insurge em face da exigência constante do item nº 7.1.4, alínea c, do edital, que impõe aos licitantes que juntem declaração de possuírem profissionais em seu corpo de colaboradores com uma série de capacitações (cursos), nomeando tais colaboradores e também juntando os respectivos diplomas comprobatórios das formações exigidas. Aquela refere que tal exigência afronta a lei nº 8.666/93, que vedaria a exigência prévia de que os licitantes comprovem possuir pessoal técnico, o que somente seria possível após o início do processo licitatório.

Ainda conforme aquela, a comprovação de qualificação técnica dos licitantes se daria somente através da apresentação de comprovações de prévia execução dos serviços licitados (atestados de qualificação técnica), inclusive apresentando julgado do TCE/ES para comprovar suas alegações.

Sobre este ponto, cabe primeiro esclarecer que a exigência constante do edital licitatório se volta para verificar a capacidade técnico operacional das licitantes, visando demonstrar que as participantes da licitação de fato possuam capacidade para executar os serviços que se pretendem contratar, inclusive no que tange aos profissionais que realizarão tais atividades e suas respectivas qualificações. A impugnante se insurge aduzindo que tais comprovações não poderiam ser solicitadas no momento de realização da licitação, porém somente posteriormente, durante a fase execução contratual.

Neste sentido, em que pese a fase de habilitação se volte, dentre outros, para garantir que o futuro contratado dispõe de possibilidades para cumprir com todas as obrigações que advirão do contrato administrativo, trazendo segurança ao ente público contratante e resguardando o interesse público, a jurisprudência é clara no sentido de que a exigência de apresentação de profissionais e de que estes possuam determinadas qualificações (no presente caso, os cursos exigidos) não é passível de ser realizada durante a fase de habilitação, por constituir restrição indevida ao caráter competitivo do certame. Com este entendimento, o julgado que segue:

9.2.2.2. caso efetivamente necessite de que, por intermédio do contrato, seja disponibilizado, para a execução de seu objeto, um quantitativo de pessoal com determinada qualificação ou experiência, preveja tal aspecto no edital e na minuta de contrato como exigência a ser



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

satisfeita durante a execução contratual, tendo presente a irregularidade de se estabelecer tal condição como requisito de habilitação; (TCU, acórdão nº 2913/2009, relator Ministro Augusto Sherman, tribunal pleno, julgado em 02/12/2009)

Portanto, em vista do exposto, opina-se pelo deferimento do recurso apresentado pela impugnante, para fins de excluir as exigências constantes dos itens nº 7.1.4, c e alíneas, do edital ora apreço, mantendo-se estas exigências somente para fins de cumprimento durante a execução contratual, cabendo a futura fiscalização o acompanhamento com relação ao cumprimento daquelas.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo provimento da impugnação interposta pela empresa Vitorialuz Construções Ltda para (a) remover quaisquer exigências de qualificação técnica na fase de habilitação que envolvam a comprovação de responsável técnico engenheiro agrônomo e/ou ambiental e (b) excluir as exigências constantes dos itens nº 7.1.4, c e alíneas, do edital ora apreço, mantendo-se estas exigências somente para fins de cumprimento durante a execução contratual.

Campo Bom/RS, 04 de maio de 2023.

Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015